

ATA NÚMERO SEIS DO CONSELHO GERAL

-----Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Resende, na sala A1.01 da Escola Secundária de Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**Ponto um:** Ler e aprovar a ata da reunião anterior. -----

-----**Ponto dois:** Dar posse aos novos membros representantes dos Alunos, dos Pais e Encarregados de Educação e do Município;-----

-----**Ponto três:** Aprovar o Projeto Educativo do Agrupamento para o triénio 21/24;-----

-----**Ponto quatro:** Analisar o relatório do Gabinete de estudos, monitorização e avaliação, nomeadamente a sua versão final relativa aos resultados do terceiro período do ano transato;-----

-----**Ponto cinco:** Aprovar o Plano Anual de Atividades; -----

-----**Ponto seis:** Apreciar o Plano de Ação da Equipa do Gabinete de estudos, monitorização e avaliação para o ano letivo 21/22; -----

-----**Ponto sete:** Apreciar o Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (Padde); -----

-----**Ponto oito:** Outros Assuntos. -----

-----Estiveram presentes os conselheiros Adérito Lopes, Ana Lázaro, Ana Magalhães, Beatriz Teixeira, Fátima Silva; Gina Antas, Graça Andrade, João Felgueiras; José Carlos Costa Teixeira, Maria José Dias, Paula Pereira, Sérgio Sousa, bem como, os representantes da comunidade local cooptadas, Anabela Oliveira e Manuel Tuna.-----

-----Estiveram também presentes os novos membros eleitos como representantes do pessoal discente e dos pais e encarregados de educação, bem como os membros designados pelo município.-----

-----No que concerne ao ponto um da ordem de trabalhos, a ata foi lida e aprovada por maioria dos presentes na reunião anterior. Ainda neste ponto, pediu a palavra, o conselheiro, Manuel Tuna, para clarificar a intervenção feita pelo Conselheiro, Paulo Jesus, na última reunião do Conselho Geral, no que concerne ao pedido de assessoria da direção, proposto pelo senhor Diretor. Não estando presente nessa reunião, o conselheiro Manuel Tuna verificou através da leitura da ata, que o

conselheiro Paulo Jesus havia referido que era a primeira vez que o referido pedido tinha sido apresentado de forma clara e transparente, o que segundo o conselheiro Manuel Tuna, não corresponde à verdade. O mesmo lembrou que, aquando do exercício das suas funções como Diretor, a proposta era sempre feita com a discriminação da finalidade da assessoria, ou seja, as horas eram distribuídas pelos professores de TIC, de modo a garantir a manutenção do parque informático e audiovisual existente nas escolas secundária e EB2, assim como a gestão da página da Escola, antes do professor, Sérgio Matos vir para o Agrupamento. As referidas horas foram igualmente utilizadas para a manutenção e reinício do sistema GIAE sempre que necessário, para a criação e manutenção do e-mail institucional e em tempo de pandemia, para a gestão das plataformas e-learning, bem como, para o controlo e registo da distribuição dos computadores. O conselheiro, Manuel Tuna quis deixar bem claro que sempre agiu com transparência e clareza, e parafraseando o senhor Diretor, com honestidade. -----

-----A conselheira Gina Antas sugeriu que, de futuro, e para agilizar a reunião, fosse de evitar a leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma é atempadamente facultada a todos os conselheiros, havendo possibilidade de os mesmos se pronunciarem quanto à mesma.-----

-----Relativamente ao ponto dois, a Presidente do Conselho Geral começou por agradecer aos Conselheiros que cessam funções a dedicação e os contributos das suas intervenções em prole da melhoria do funcionamento do Agrupamento. A conselheira Fátima Silva retribuiu os agradecimentos afirmando ter sido um gosto poder pertencer a este órgão e desejando sucesso nos trabalhos que serão desenvolvidos. A presidente da reunião deu então posse ao conselheiro representante do pessoal discente, Bruno Oliveira, aos conselheiros representantes dos pais e encarregados de educação, Adérito Lopes, eleito pela Lista A e Filipa Pereira e Manuel Bernardo, eleitos pela Lista B, bem como aos representantes designados pelo município, na qualidade de vereadoras, Carla Costa e Maria José Dias. O conselheiro Nelson Alves, igualmente eleito pela Lista B, dos representantes dos encarregados de educação, não pôde tomar posse por se encontrar a faltar a esta reunião. Pelos mesmos motivos, também o conselheiro Amadeu Vasconcelos, na qualidade de vice-presidente do município não pôde tomar posse. -----

-----De seguida, deu as boas vindas aos novos membros presentes, enaltecendo a sua disponibilidade e vontade de pertencer a este Órgão, referindo que conta com a colaboração de todos no sentido de que o Agrupamento de Escolas de Resende possa constituir-se como um polo de conhecimento e de valores reconhecidos, podendo estas reuniões contribuir para uma reflexão e debate salutareis com essa máxima em vista.-----

-----A reunião prosseguiu após a saída da conselheira Fátima Silva, que deixou de fazer parte deste órgão, com a tomada de posse dos novos representantes dos pais e encarregados de educação.-----

-----Relativamente ao ponto três, colocou-se a aprovação o Projeto Educativo para o próximo triénio, cuja missão assenta no “garantir um serviço educativo e cultural de qualidade a todos os alunos, sem exceção, disponibilizando as condições necessárias para que alcancem o sucesso nas suas aprendizagens cognitivas, atitudinais, socioafetivas e morais, no sentido de se formarem como cidadãos ativos, democráticos, livres, solidários e capazes de conviver uns com os outros e intervir na diversidade e na tolerância”. Tendo o documento sido partilhado com os Conselheiros, e tendo todos oportunidade de o analisar previamente, foi dada a palavra ao Senhor Diretor com o intuito de que o mesmo possa, caso o pretenda, pronunciar-se sobre as metas e as ações de melhoria previstas.-----

-----O Senhor Diretor começou por agradecer aos conselheiros cessantes o seu contributo e saudou os novos membros deste conselho, manifestando a sua disponibilidade para colaborar com todos. No que concerne ao Projeto Educativo, o mesmo referiu que se trata de um documento importante na gestão, o qual visa a promoção do sucesso dos alunos. Num primeiro momento o referido documento foi aprovado em Conselho Pedagógico, seguindo-se um período em que foi dada a oportunidade a todos os professores/ comunidade educativa de se manifestarem, o qual, após a chegada de alguns contributos, foi reformulado e recentemente aprovado. Face às características do conselho onde se insere o Agrupamento, considera o senhor Diretor, que o Projeto Educativo visa combater/reduzir os problemas apontados, contudo entende o mesmo como um documento aberto, podendo existir um momento ou outro em que seja necessário proceder a alterações, sempre com o intuito de o melhorar. Entende, no entanto, que terá de existir um

envolvimento de toda a comunidade educativa para que a missão siga a bom porto, acreditando poder contar com a colaboração de todos.-----

-----A conselheira Carla Costa pediu a palavra, esclarecendo que as suas intervenções deviam ser entendidas como críticas construtivas de modo a que a educação em Resende possa ter um caminho ascendente. Assim, começou por apontar algumas falhas constantes no documento, nomeadamente a falta de alguns dados, que foram fornecidos pela câmara municipal, e a inclusão de outros que se encontram desatualizados.-----

-----A Presidente deste órgão interrompeu, esclarecendo que deve ter ocorrido algum problema no envio do documento, pois a versão final do mesmo já não contém as lacunas apontadas, endereçando os seus sinceros pedidos de desculpa pelo lapso cometido aos conselheiros e principalmente ao Senhor Diretor, aproveitando para projetar a versão atualizada do mesmo para que se pudesse comprovar o que afirmava.-----

-----A conselheira Carla Costa prosseguiu então, referindo que, do cruzamento do Projeto Educativo com o Relatório GEMA, considera preocupante o número de alunos com medidas seletivas e adicionais e não vê essa preocupação vertida no Projeto Educativo. Identificando ações idênticas à do Projeto Educativo anterior, questiona se, no que concerne à Ação “Fazer Diferente, Aprender Igual” (pág. 42 do documento), foi uma opção abandonar o Projeto Fénix no terceiro ciclo, uma vez que o mesmo vem referido como medida para o primeiro ciclo com outra designação.-----

-----O Diretor do Agrupamento esclareceu que, relativamente a alguns dos dados constante do Projeto Educativo, nomeadamente ao número de alunos subsidiados, torna-se impossível atualizar diariamente as tabelas, pois esse número é variável de acordo com as condicionantes que surgem ao longo do ano. Relativamente aos alunos que usufruem de medidas seletivas e adicionais, são situações que se despoletam em Conselho de Turma e na Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI). No que diz respeito às ações de melhoria, esclareceu que foi aprovado o Plano de Melhoria TEIP, decidindo-se, manter algumas das ações já existentes e incluir três novas, e é nesse sentido que surgem as turmas Fénix direcionadas para o terceiro ano. -----

-----A conselheira Carla Costa acrescentou que o Projeto Fénix é só um, englobando

um conjunto de medidas e sendo uma delas as turmas ninho, no entanto, e face à análise dos resultados escolares obtidos, teme que os apoios não estejam a ser distribuídos de acordo com as dificuldades detetadas e que se deveria refletir e respeitar o propósito desta ação estratégica.-----

-----A conselheira Maria José Dias tomou então a palavra para dar conta de uma sua preocupação, intensificada por ter o pelouro da Ação Social, e que se prende com os alunos da turma do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF). Verifica-se que há da parte dos jovens que acompanha alguns lamentos no sentido de sentirem estigmatizados, desabafos de que esse sentimento não é apenas da parte dos colegas, mas também de alguns professores, o que, face aos dados que mostram uma taxa de sucesso de apenas 50% numa turma com tão poucos elementos, a leva a questionar se haverá algum problema com a turma em questão. É um facto que estes alunos têm vivências familiares muito complicadas, nem sempre têm condições materiais e físicas para um bom acompanhamento da vida escolar, o que sem dúvida, se reflete no seu aproveitamento escolar. Considera que, face à situação de vida problemática da maioria destes jovens, deveria constar do Projeto Educativo ações que integrassem estes alunos e que os valorizassem pelas suas competências, melhorando a imagem dos alunos PIEF.-----

-----A conselheira Filipa Pereira interveio referindo que a oferta do Agrupamento é limitativa e que pode não ir ao encontro dos gostos e anseios de alguns jovens.-----

-----A conselheira Ana Lázaro, compreendendo a preocupação da conselheira Maria José, lembrou que o PIEF é um projeto já concebido e elaborado tendo em conta o perfil destes alunos, e que o Agrupamento tudo tem feito para lhes prestar todo o apoio possível. -----

-----O Senhor Diretor concordou com o que a professora Ana Lázaro referiu e não considera que exista essa discriminação por parte dos docentes, realçando que esses alunos têm já um currículo adaptado às suas características, contando ainda com a mais-valia da colaboração de uma técnica de intervenção local. Contudo, lembra que há uma matriz curricular a que se deve obedecer e que não há a liberdade de, como provavelmente seria ideal para estes alunos, apenas se ministrarem disciplinas de carácter prático. Aliás, já foi proposta e aprovada em Conselho Pedagógico, a possibilidade destes alunos exercerem a componente prática em contexto de

trabalho. -----

----A conselheira Carla Costa referiu que, apesar dessa matriz, há flexibilidade na seleção dos conteúdos a abordar e que compete à escola gerir a organização dos tempos letivos semanais e a sua distribuição pelo ano letivo, bem como caberá aos docentes adotar metodologias que permitam que os alunos se motivem e alcancem o sucesso, não podendo implementar as mesmas metodologias que se desenvolvem nos outros percursos.-----

----O conselheiro Manuel Tuna ressaltou que, para além da vertente prática, é imperativo que o currículo destes alunos inclua disciplinas básicas e essenciais ao seu desenvolvimento cognitivo, pois há competências que são fundamentais adquirir e que as mesmas podem ser trabalhadas de forma articulada e concertada pelos docentes, inclusive sob a forma de projeto, cabendo à escola um papel fundamental na formação de cidadãos capazes e preparados para enfrentarem a vida futura.-----

----O conselheiro Bruno Oliveira pediu a palavra para referir que é da opinião que o Projeto Educativo está bem elaborado e que as turmas PIEF estão também regulamentadas, no entanto considera que uma das estratégias podia passar pela inclusão no Plano Anual de Atividades de mais atividades integradoras destinadas aos alunos PIEF ou que contassem com a sua colaboração, dando maior visibilidade e oportunidade aos mesmos para mostrarem as suas competências.-----

----A conselheira Maria José Dias alertou ainda para o problema das sinalizações tardias, sendo do conhecimento que a eficácia da intervenção junto destes jovens será tão mais bem-sucedida quanto mais precoce essa sinalização for feita. Deste modo, referiu que é necessário que, na educação pré-escolar e ao nível do primeiro ciclo, os educadores e professores, quando detetem alguma situação suspeita, alertem o quanto antes para se poder intervir e evitar que o quadro se agrave, pois facilitaria o acompanhamento destas crianças, para que estas situações não se arrastem ao longo do tempo, evitando assim, muitos dos comportamentos desajustados observados.-----

----No contexto da análise do Projeto Educativo, o conselheiro Manuel Tuna interveio, fazendo alguns reparos, nomeadamente na inclusão da freguesia de São João de Fontoura nas localidades que perderam mais população e alertando para a existência de um grande desfasamento nas habilitações literárias das mães nos anos

20/21 e 21/22. Também fez referência aos dados apresentados na tabela 5 da página 14 do documento, nomeadamente no que se refere à soma das percentagens referentes a essas habilitações, que lhe parece não estar correta. Considera ainda que falta contextualizar a redução drástica das medidas disciplinares com o contexto do ensino à distância.-----

-----O Senhor Diretor admite que possa ter ocorrido algum erro nos valores que possam ter conduzido a essa circunstância e que os dados/ números apresentados nas diferentes tabelas vão sofrendo alterações, sendo que o plano estratégico vai ao encontro das preocupações/ necessidades dos alunos, querendo sempre o melhor para os alunos do Agrupamento. Na elaboração deste documento, para além da colaboração dos docentes, existiu a colaboração da Professora Cristina Palmeirão, tendo a mesma elogiado este documento em termos do conteúdo e forma.-----

-----A Presidente interveio, mostrando a sua preocupação, relativamente aos alunos do nono ano, os quais serão alvo de avaliação externa e que, no âmbito da ação “Fazer Diferente, Aprender Igual”, viram as Assessorias Pedagógicas às disciplinas de Português e Matemática serem reduzidas relativamente ao ano anterior, salientando o facto da necessidade de recuperar e consolidar aprendizagens após dois períodos de confinamento. Relembrou que o Senhor Diretor, na última reunião, teria assegurado que as horas estipuladas para os apoios iriam ao encontro dos anos anteriores. Partilhando da mesma preocupação, a conselheira Ana Lázaro informou os presentes que alguns conselhos de turma do sétimo ano manifestaram a mesma preocupação no que se refere às assessorias atribuídas às disciplinas de Português, Matemática e Inglês, que segundo os mesmos deveriam ser reforçadas. Esta preocupação prende-se com o facto dos alunos do sétimo ano terem realizado o segundo ciclo do ensino básico nas condições de ensino presencial e não presencial e por se encontrarem em início de ciclo. Nesse sentido seria importante que a situação do sétimo ano de escolaridade, no que se refere aos apoios/ assessorias, fosse reavaliada, para se poder dar resposta às necessidades dos alunos e atender às solicitações dos Conselhos de Turma do ano letivo anterior (sexto ano).-----

-----O Diretor do Agrupamento salientou que é impossível, sem a concessão de crédito extra, chegar a todo o lado e que é normal que existam opiniões contrárias à opção por si tomada, mas que está ciente das opções que tomou e que as mesmas

foram tomadas sempre em prole dos alunos.-----

----Corroborando da mesma opinião, a conselheira, Carla Costa, lembrou que existe um relatório indicador dos resultados menos positivos obtidos no sexto ano, pelo que considera importante a reavaliação da situação.-----

----A conselheira Gina Antas tomou a palavra, mencionando que, relativamente aos alunos de sétimo ano, esse problema poderia ser minimizado se os alunos frequentassem regularmente as sessões mais sucesso para as quais se encontram propostos. Já no que se refere aos alunos de nono ano, poderiam ser canalizados mais recursos humanos, apostando no reforço de assessorias, aquando da libertação de docentes que lecionam ao ensino profissional nos períodos em que esses alunos se encontram em estágio.-----

---- Após toda a análise e discussão que mereceu por parte de todos os conselheiros, procedeu-se à votação do Projeto Educativo, tendo sido aprovado por todos os presentes com a exceção do conselheiro, Adérito Lopes que entretanto se ausentou da reunião.-----

----Dando seguimento ao quarto ponto da ordem de trabalhos foi analisada a versão final do relatório do Gabinete de estudos, monitorização e avaliação relativo ao ano letivo transato, incidindo esta análise nos resultados da avaliação externa e da avaliação interna do ensino profissional, uma vez que a análise dos restantes pontos decorreu na reunião de 23 de julho. Relativamente aos resultados obtidos no Ensino Profissional, verifica-se que nos anos iniciais o número de módulos em atraso é superior e que, gradualmente vai ocorrendo uma melhoria ao longo do curso, sendo que no ano terminal todos os alunos concluíram a totalidade dos módulos lecionados. No que diz respeito à avaliação externa e ao nível do décimo primeiro ano, pode verificar-se que, na generalidade das disciplinas, a média interna dos alunos que foram a exame é superior à média nacional, sendo que a exceção se prende com a disciplina de Física e Química A, sendo a diferença de apenas 3,2 pontos, correspondendo à variação entre uma média nacional de 9,8 valores e uma média interna de 9,48 valores. Já da análise aos resultados da avaliação externa dos alunos de décimo segundo ano, constata-se que as médias internas do Agrupamento foram todas superiores à média nacional, sendo particularmente significativos na disciplina de Matemática A.-----

-----A Presidente do Conselho Geral questionou se alguns dos Conselheiros se queria pronunciar, convidando os representantes dos alunos a manifestar a sua opinião relativamente aos resultados da avaliação externa referente ao décimo primeiro ano, dado que ambos foram submetidos a essa mesma avaliação, e se encontravam motivos para a disciplina de Física e Química A não ter conseguido alcançar as metas nacionais. A conselheira Beatriz Teixeira referiu a dificuldade do exame, tendo o conselheiro Bruno Oliveira complementado que os alunos estavam formatados para um tipo de exame nacional e que, tendo os conteúdos abordados sido alterados face ao que esperavam, o exame deste ano foi muito diferente do previsto.-----

-----A conselheira Paula Pereira manifestou a sua discordância quanto ao facto de os conteúdos terem sido alterados e evidenciou a sua preocupação quanto ao facto de os alunos estarem formatados, dado que não é suposto que isso aconteça e, tendo lecionado, em articulação, a esse nível de ensino, considera que não foi esse o trabalho desenvolvido.-----

-----O conselheiro José Carlos Teixeira pediu a palavra dizendo que se recorda de ter ouvido vários docentes referir que se o exame tivesse sido elaborado com uma ordem diferente das questões talvez os resultados tivessem sido diferentes. A conselheira Carla Costa corroborou com esta opinião alegando que tal facto condicionou emocionalmente os nossos alunos, os quais, perante o grau crescente de dificuldade das questões iniciais, tiveram dificuldades em gerir os níveis de ansiedade e de stresse. Mais referiu que este fator deveria merecer a consideração da Direção e que seria benéfico que se investisse em ações, destinadas aos alunos, no âmbito da gestão de emoções. Há uma reflexão que merece ser feita e que se prende com os fatores que não nos permitiram alcançar resultados que já foram possíveis antes e há algo que imediatamente o justifica – a existência de uma pandemia que condicionou o ensino.-----

-----O conselheiro Bruno Oliveira interveio no sentido de esclarecer a sua intervenção inicial, referindo que quando mencionou o facto de estarem formatados para o exame pretendia apenas dizer que, aquando da preparação individual que efetuam, é natural que os alunos consultem e resolvam os exames de anos anteriores e que fiquem sugestionados por estes.-----

-----No referente ao ponto cinco, Plano Anual de Atividades, esclareceu a Presidente

do Conselho Geral que a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos surgiu de uma primeira conversa com a professora Sandra Silva, Coordenadora dos Projetos e Clubes e responsável pela elaboração dos Planos Anual e Plurianual de Atividades. No entanto, e como estes documentos têm de estar em consonância com o Projeto Educativo, e este carecia de aprovação deste Órgão, considerou-se mais avisado incluir este ponto em reunião posterior, após a aprovação daquele documento orientador. Contudo, a professora Sandra Silva disponibilizou a este Conselho uma compilação de todas as atividades submetidas e aprovadas até ao momento, podendo verificar-se que as mesmas contabilizam um total de sessenta atividades para um público-alvo bastante diversificado, o que é demonstrativo da iniciativa dos docentes em proporcionar aos alunos diferentes estratégias e contextos de aprendizagem.-----

-----Este Conselho Geral deixa então a recomendação de se incluir nesse plano mais atividades destinadas aos alunos PIEF, no sentido de os valorizar mais, proposta sugerida pelo conselheiro Bruno Oliveira.-----

-----Dando seguimento ao sexto ponto da ordem de trabalhos foi apresentado o Plano de Ação da Equipa GEMA para o ano letivo 21/22, onde constam os objetivos, os quatro domínios objeto de avaliação, a metodologia e o plano de ação com a respetiva calendarização. A conselheira Carla Costa alertou para a constituição da equipa, lembrando a necessidade de cumprir com a Lei 31/2002 de 20 de dezembro, não lhe parecendo razoável que dos seis elementos da equipa, cinco façam parte do Conselho Pedagógico. É questionável que a equipa que se autoavalia seja a mesma que planeia, salientando que esta deveria incluir pais, alunos e pessoal não docente.-----

-----O Diretor alegou que independentemente de fazer parte quem planeia, os elementos a integrar a equipa foram discutidos com a respetiva coordenadora, optando-se por manter praticamente a mesma equipa do ano anterior, com a exceção da professora Lúcia Xavier, que a integrou recentemente e não parece que possa existir algum tipo de conflituosidade pois os dados são recolhidos de uma diversidade de órgãos, não dando azo a desvirtuação desses mesmos dados. Mais esclareceu que este plano é ligeiramente diferente do dos anos anteriores, uma vez que os domínios vão ao encontro do que a avaliação externa (IGEC) analisa.-----

-----Este Conselho entendeu que o referido plano estava bem concebido e estruturado, sendo claros os objetivos e métodos que se pretendem aplicar, merecendo parecer favorável.-----

-----No que concerne ao ponto sete e, analisando o Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas, solicitou a Presidente esclarecimentos ao Senhor Diretor, que referiu que a indicação deste plano de ação chegou ao Agrupamento em março passado, por imposição da DGEST. O referido plano foi elaborado numa ação de formação que se realizou para o efeito e para a sua elaboração foram tidos em conta os documentos “DigCompEdu” e “ DigCompOrg”. Também justificou o facto de existirem no plano campos por preencher, por se tratar de um documento em aberto, que poderá ser sempre sujeito a alterações.-----

-----Assim, este Plano visa definir um conjunto de objetivos e ações a concretizar, durante o seu período de vigência, nas áreas/dimensões definidas como prioritárias, partindo dos resultados obtidos nos diagnósticos e da história digital do Agrupamento de Escolas de Resende. Essas áreas de intervenção contemplam uma dimensão pedagógica, uma dimensão tecnológica e digital e uma dimensão organizacional, envolvendo os vários intervenientes da comunidade educativa.-----

----- Após análise do documento o Conselho Geral teceu algumas considerações, a saber: nas páginas 5 e 6 onde se faz referência ao plano de inovação, não há conhecimento de que exista um plano de inovação no Agrupamento; o programa TEIP deve estar referenciado no plano; o primeiro ciclo também poderá usufruir dos recursos da sala do futuro; no plano quando se refere “ trabalhar em ambientes inovadores em sala de aula a nível pedagógico”, as ações deveriam estar mais claras; o plano deve indicar pistas mais concretas, no que refere às ações a desenvolver e aos recursos que estão ao dispor dos alunos.-----

-----O senhor Diretor informou os presentes que existem na biblioteca quarenta computadores disponíveis para serem requisitados para trabalho em sala de aula com dos alunos e que, quanto a falta de concretização das ações, tal opção se prendeu com o facto de conceder aos docentes uma maior liberdade e flexibilidade nas suas opções.-----

-----A Presidente do Conselho Geral alertou para as datas constantes no cronograma do plano, as quais, neste momento, são já impossíveis de concretizar. Referiu

também a discrepância que se verifica nas datas de aprovação em Conselho Pedagógico e Conselho Geral no início e no termo do documento. Questionou ainda quanto à necessidade de aprovação por parte deste órgão, dado que a informação que lhe foi transmitida passava apenas pela apreciação, não sentindo segurança em aprovar um documento que careça de tantas correções.-----

-----O Conselheiro Manuel Bernardo interveio no sentido de esclarecer que não é possível aprovar um documento que ainda carece de alterações.-----

-----O Senhor Diretor referiu que o PADDE não carece de aprovação, mas apenas de ser sujeito a uma apreciação ao que a Presidente respondeu que tal deve ser tido em conta no documento, devendo retirar-se a data de aprovação do Conselho Geral.-----

----- Este órgão, após ter tecido todas as recomendações necessárias, aconselha a que se procedam às devidas alterações pela equipa responsável e que em reunião futura esse plano possa ser novamente apresentado.-----

-----Por fim, e nos outros assuntos, a Presidente do Conselho Geral lembrou a necessidade de dar continuidade ao trabalho já iniciado, no se refere à definição dos descritores da avaliação interna do Diretor. Nesse sentido, poderá constituir-se uma Comissão Permanente para o efeito ou, em contrapartida, agendar-se uma reunião de trabalho extraordinário com essa agenda única.-----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela presidente da reunião e pela conselheira que a secretariou.-----

A Presidente da reunião

A Secretária

Paula Pereira

Ana Lázaro